

Perduram efeitos negativos da deflação

Herbert Levy*



E stá sendo anunciado um déficit de US\$ 350 milhões na balança comercial em julho último.

É estranho que a equipe econômica se esqueça da prioridade absoluta que devemos dar aos saldos da balança comercial, dos quais sempre tiramos recursos essenciais para saldar compromissos externos, como remessas de juros e dividendos dos capitais aqui investidos e os juros e as amortizações da dívida externa. De onde sairão eles?

Faz-se muita propaganda dos saldos credores que temos no balanço de pagamentos, na altura de US\$ 60 bilhões. Mas omite-se que esse é o resultado da importação de capitais especulativos de curto prazo, que são atraídos para o Brasil graças aos juros mais altos do mundo, que ainda pre-

valecem, apesar da melhora verificada em relação a 1995.

Sem a receita proveniente da balança comercial, que está apresentando déficit

sem precedente na história econômica do País, nossa realidade é muito preocupante. Ainda não sentimos o problema porque os juros no Brasil continuam muito acima dos que prevalecem nas nações civilizadas e continuam atraindo o dinheiro quente do exterior.

É importante registrar o levantamento feito pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, seção de São Paulo, conduzido pelo seu diretor vice-presidente, Miguel José Ribeiro de Oliveira, e relativo ao mês de julho último, sobre os juros cobrados pelo comércio:

	Custo Juros Junho/96 ao mês/ano (em %)	Custo Juros Julho/96 ao mês/ano (em %)
Grandes Redes	7,98	151,26
Médias Redes	8,35	161,79
Pequenas Lojas	11,69	276,85
Empresas de Turismo	7,15	129,04
Artigos do Lar	11,17	256,33
Eletroeletrônicos	8,09	154,35
Artigos Importados	12,17	296,75
Veículos	4,75	74,52
Artigos Ginástica	18,37	656,66
Artigos Informática	11,57	272,02
Telefones Celulares	11,13	254,79
Artigos Decoração	11,15	255,56
Média do comércio	10,01	214,19
	9,93	211,45

“Grande parte das lojas vende produtos importados com financiamento direto do exportador de 6 meses a um ano de prazo para pagamento com juros de 4 a 6% ao ano no exterior. Entretanto, esse benefício nunca é repassado ao seu

cliente no crediário, onde os juros são absurdamente elevados.

■ As grandes empresas buscam dinheiro no exterior para financiar seus crediários pagando a um banco estrangeiro juros de 8 a 10% ao ano (Lei 4.131).

■ As médias empresas

buscam dinheiro no mercado interno via Resolução 63 (recursos externos) a juros de até 30% ao ano.

■ No balcão dos bancos nacionais, as empresas conseguem descontar duplicatas e financiamento a juros de 2,8% ao mês.

■ Uma parte significativa das lojas trabalha com financiamento direto, beneficiando-se de lucros obtidos, reservas acumuladas, que se aplicados no mercado financeiro teriam ganhos de até 20% ao ano; entretanto, quando destinados para financiamentos de suas lojas, conseguem ganhos de 525% ao ano ou

2.525% de variação.

■ Apesar de as empresas buscarem dinheiro barato via mercadoria ou financiamento, ao repassarem para os consumidores, os comerciantes cobram juros de até 1.972% ao ano”.

Essa anomalia dos juros altos não é combatida

oficialmente e produz todos os seus efeitos negativos porque não há de onde tirar recursos para atender à volta do capital externo especulativo (dinheiro quente).

E quanto mais esse capital se beneficiar dos juros altos, mais pesará sobre nossas finanças o seu repatriamento.

Deveríamos concentrar nossos esforços agora na melhora da balança comercial e na equiparação das nossas taxas de juros às dos países civilizados. E, quando isso ocorrer, teremos uma séria crise devido ao reembolso do dinheiro quente e devemos preparar intensamente a busca de recursos nos órgãos financeiros internacionais, os quais não poderão deixar de nos apoiar porque essa crise demonstrará que voltamos ao bom senso em matéria de taxas de juros. Para completar, não podemos adiar o apoio às exportações executando para tal uma política cambial realista. ■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil